

## Sobre o direito à comunicação no mundo globalizado e a esfera linguística da diplomacia atual

*Luana Araújo de França<sup>1</sup>*

*Aline Lucena<sup>2</sup>*

### **Resumo**

Este artigo busca retratar algumas questões inseridas no contexto do mundo globalizado no que concerne à comunicação, principalmente no seu âmbito internacional. A forma que esta ocorre na atualidade põe em xeque valores éticos referentes ao direito à diversidade cultural e de como eles são mantidos/desaparecidos em nome da cultura globalizada. Pautada nos princípios econômicos e ideias tidas como universais, a realidade recente implica no fim da fronteira e numa forma de se pensar a política. O Estado não é mais suficiente. Os órgãos internacionais estão aí para provar isso, porém, dentro destes, o reflexo excludente e dominador é preponderante.

**Palavras-chave:** Globalização; Comunicação; Cultura.

### **Introdução**

A comunicação verbal foi o apogeu do desenvolvimento da linguagem na pré-história, até a chegada da escrita. Marcou, definitivamente, a separação do passado visual-gestual para a realidade dos sons organizados, as palavras. Sem dúvida, essa nova configuração deu ao gênero humano a possibilidade da garantia da sobrevivência em grupos, permitindo, assim, a nossa perpetuação sobre o globo e a dominação do espaço terrestre. O crescimento desses grupos, sua dispersão e organização enquanto sociedades derivaram o princípio básico da construção das culturas, na qual, a evolução da linguagem verbal teve o papel de mantenedora e precursora destas. Cada agrupamento, em contextos naturais específicos, desenvolveu à sua maneira as próprias ferramentas comunicativas.

Ainda hoje vivemos nesse paralelo da linguagem verbal e escrita. Existem povos que mantêm uma estrutura comunicacional versada na oralidade, em simultaneidade à ruptura espaço-temporal ocasionada pela comunicação em rede, erguida, sobretudo, no audiovisual.

---

<sup>1</sup>Graduanda do Curso de Comunicação Social (UFRN). Contato: [luana.afranca@yahoo.com.br](mailto:luana.afranca@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Orientadora. Docente do DECOM (UFRN). Contato: [aline.lucena@gmail.com](mailto:aline.lucena@gmail.com)

A língua caracteriza na modernidade uma das máximas presentes na compreensão de Nação. Aparenta ser o primeiro quesito identificador de qualquer país e é o sinônimo de integração e unidade complementada à ideia de território e fronteira. Também é a marca da colonização e dominação. Facilmente, reconhecemos um país de passado colonial a partir da língua falada por seus habitantes hoje. No mundo conectado, o limite da fronteira perde sentido e ganha valores muito mais simbólicos que geográficos:

Com o tempo de comunicação implodindo e encolhendo para a insignificância do instante, o espaço e os delimitadores de espaço deixam de importar, pelo menos para aqueles cujas ações podem se mover na velocidade da mensagem eletrônica. (BAUMAN, 1999, p. 20).

Os meios de comunicação difundem a ideia de que todos os habitantes do planeta estão interligados nessa sociedade da informação, mas, na realidade, a quantidade inserida não corresponde, ainda, à maioria. Além de tudo, para se dar num alcance a ser considerado mais efetivo, deve-se também corresponder aos modos de realização dessa “manifestação”. O sujeito que deseja se fazer ouvir e se entender para o resto do mundo, necessita mostrar-se, na esfera linguística, através do inglês.

A predominância das 'línguas universais' ao longo da história refletiu desde sempre o espectro do poder político e econômico, determinando as relações de emissão e recepção da informação, do conhecimento dos modelos ideais de civilização. Esse papel já foi do latim, do francês e, atualmente, é conferido ao inglês.

As tentativas que a humanidade vem testando para fugir do dilema mítico-religioso da Torre de Babel não apresentaram ainda uma solução contempladora à maioria, e apresentam um lado perigoso no que concerne ao direito à diversidade cultural. Tal processo se dá de maneira impositiva e contribui ao desaparecimento de línguas e matrizes culturais e, de forma mais grave, contribui à quebra de conhecimentos adquiridos ao longo da história.

Na esfera política, percebemos nitidamente essa relação permeada pelo viés econômico quando das soluções adotadas pelos organismos internacionais para superar as barreiras comunicativas, onde constata-se altos gastos com tradução em prol de um *status* garantido pelo predomínio no âmbito financeiro, fomentando as desigualdades em um meio onde elas teoricamente deveriam ser combatidas.

## **Sobre comunicação no mundo dito globalizado**

O mundo conectado nos dá a ilusão da comunicação horizontal, advinda de todos os lugares e para todas as pessoas, mas nem todos têm acesso a essa realidade, e a horizontalidade se quebra ao verificar dentro da rede o reflexo das relações de poder econômico dominante. Isso acontece na cultura, na política e na economia.

Pensamos que a tecnologia rompeu de vez com as barreiras comunicativas entre pessoas de lugares geograficamente diferentes. Ela aparenta resolver o problema, mas na verdade, dá mais poder a quem já está estruturado. Basta atentarmos em identificar os principais emissores de conteúdos na internet. Mesmo diante das imensas possibilidades existentes, o que vemos é a continuidade de uma situação presente nos meios tradicionais como TV, rádio e impressos.

Infelizmente, a experiência real não corresponde ao modelo ideal atribuído à internet enquanto ferramenta comunicativa multifacetada. É dentro dessa perspectiva que podemos considerar uma dicotomia, um conflito entre a experiência vivida apresentada na forma de sociedade da informação/exclusão, ao contrário da lógica vendida, a almejada sociedade da comunicação/inclusão.

Nos países em desenvolvimento, essa problemática se dá de modo ainda mais agressivo em razão do consenso na definição da inclusão digital, de inserção no mundo globalizado, principalmente dos mais pobres, como sendo apenas o acesso à máquina conectada à internet

Também a rede global de comunicação, aclamada como a porta de uma nova e inaudita liberdade e, sobretudo, como o fundamento tecnológico da iminente igualdade, é claramente usada com muita seletividade – trata-se na verdade de uma estreita fenda na parede, não de um portal. Poucas (e cada vez menos) pessoas têm autorização para passar: tudo o que os computadores fazem atualmente para o terceiro mundo é a crônica mais eficiente de sua decadência. (BAUMAN, 1999, p. 78).

Em nenhum momento isso é pensado partindo do viés educativo sobre o uso do meio, nem no sentido de promover o uso crítico da nova ferramenta como arma de transformação social. A tecnologia sozinha jamais trará mudanças, os resultados só podem vir a partir de uma reflexão sobre como ela é usada e em que contribui na valorização do sujeito e do meio onde vive.

O direito à inclusão no mundo globalizado nada mais é que a defesa da inserção das pessoas no ciclo do consumo. No caso dos meios de comunicação de massa, ela se dá de forma mais voraz porque a informação é perecível e excessiva, nos inculcando o

pensamento da necessidade constante da atualização para tentar acompanhar tal velocidade. Nos dias de hoje, o termo cidadão e consumidor possuem a mesma significação.

No que se refere ao direito à comunicação, sabemos que não é apenas o do acesso, ou de se encarar a questão apenas do saber escolher ou não o que consumir. Ele, acima de tudo, garante o direito de voz e de reconhecimento das identidades do sujeito enquanto indivíduo e do grupo social onde ele se insere. Por mais que o mundo conectado nos ofereça imensas possibilidades de extensão, é ainda no local que a experiência prática acontece e aí é onde os efeitos negativos desse processo excludente se dão.

A inclusão efetiva contempla as diversas vozes e constrói um elo entre elas, realmente realizando a comunicação no sentido integral de abrir espaço para todos, onde todo mundo se sinta representado na sua subjetividade e coletividade. Podemos perceber que a sociedade da informação contempla o caráter excludente da concentração dos meios e conteúdos. A ideia da informação ilustra a relação entre emissor e receptor, onde algo é transmitido de um lado e recebido de outro desconsiderando as características peculiares na interpretação e as relações preexistentes no caminho da mensagem.

### **A esfera linguística da diplomacia global e suas consequências humanas**

Somos acostumados a crer que saber falar inglês automaticamente insere o indivíduo no mundo globalizado, que assim estamos incluídos verdadeiramente nos atributos oferecidos pela realidade existente, e que a partir disso teremos mais facilidade em contatar toda a gama informativa circulante.

O acesso à sociedade global constitui uma imensa complexidade envolvendo política, economia e cultura, que se apresentam intrínsecos e impossíveis de ser dissociados. Não há limites no papel do que um representa dentro do outro, pois nem a fronteira territorial é suficiente para definir o espaço. A economia encontra nessa realidade o berço esplêndido para crescer e se fortalecer, porque, igualmente à informação, não há limite para a circulação financeira.

Por causa disso, hoje não vemos mais o Estado de forma soberana como nos séculos passados, e a geografia econômica fluiu para além das barreiras políticas. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o cenário político mundial tem se erguido por intermédio de organizações internacionais para intervir e decidir perante o todo. Organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e União Europeia, entre

outras, ilustram bem a afirmação. Mas, ao nos referirmos ao âmbito diplomático, vemos que a comunicação dentro desse meio corrobora o panorama negativo da globalização.

Em seu livro *Linguagem Internacional e Diplomática*, Augusto Estellita Lins afirma que na diplomacia, a seleção de línguas deve obedecer aos critérios de operação, funcionalidade, rendimento máximo e economia de recursos, devendo a quantidade ser limitada. Nela, as línguas oficiais são caracterizadas por serem as que os órgãos se detêm a utilizar, e as de trabalho são as que são redigidas nos documentos oficiais, a maioria feita originalmente na língua inglesa. Isso significa que os ofícios e documentos das conferências são primeiramente redigidos nestas línguas e só haveria a tradução caso fosse solicitado pelos outros delegados, a não ser no caso dos documentos específicos, que teriam o direito de ser transcritos aos outros idiomas.

A abertura de espaço para outras línguas dá-se através da grande pressão financeira por parte dos países que queiram colocá-las em uso, nas suas urgências em exigir o direito de reconhecimento de importância no quesito econômico. Para trabalhar com todas essas línguas, gasta-se muito tempo e recursos:

A União Europeia (UE) emprega em torno de 3000 tradutores e 700 intérpretes/funcionários, além de 2500 intérpretes independentes. Em 1989, ela gastou para seus serviços linguísticos cerca de 1,6 bilhões de dólares. Ainda na União Europeia, cada palavra escrita fica 36 centavos de dólar, esse custo dobrou em dez anos. Lá se traduzem 3,6 milhões de palavras por dia. A tradução de documentos (abstraindo-se a interpretação oral utilizada nas reuniões) absorve então quotidianamente 1,2 milhões de dólares. (PIRON, 2002, p. 33-34).

Os gastos para manutenção desse suporte multilíngue nos órgãos internacionais é bastante alto. Piron ainda acrescenta que só na Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), 11% do orçamento é destinado a este fim, enquanto que na Organização Civil Internacional isso chega a 26,8%, e no parlamento europeu chega a aproximadamente  $\frac{3}{4}$  do orçamento.

Esse custo é ainda maior para a sociedade. Os recursos seriam mais úteis se empregados em prioridades sociais. Em um pronunciamento proferido, Sir John Wilson, presidente da Organização Mundial Contra a Cegueira, solicitou ajuda para um programa que impediria milhões de crianças de ficarem cegas, graças, principalmente, à xeroftalmia. Contudo, sua proposta foi recusada. Na mesma reunião, foi aprovado o acréscimo do árabe e do chinês como línguas de trabalho. A adoção de línguas, conforme advertência do diretor geral do órgão da Organização Mundial de Saúde (OMS), custaria

5 milhões de dólares ao ano. O que então nos faz persistir nesse tipo de ‘comunicação’ diante de suas fragilidades?

Segundo dados da ONU, 40 mil crianças morrem por dia de diarreia e outras doenças devido à ingestão de água que não atende às normas de higiene. Um pacote da TRO (Terapia por Reidratação Oral), suficiente para salvar uma criança da morte, não custaria mais do que 12 centavos de dólar. Por 17 centavos, produz-se a vacina contra a rubéola. Por 5 centavos de dólar, protege-se a criança da tuberculose, e por 10 centavos, vacina-se uma criança contra o tétano, a difteria e a coqueluche. Por 350 dólares, pode-se alimentar 70 crianças de um orfanato no Vietnã ao longo de um mês. Pois esse é o custo de 1200 palavras traduzidas nas instâncias europeias de Bruxelas: duas páginas com espaço simples. (PIRON, 2002, p. 43).

Os argumentos colocados quanto à falência do modelo vigente de comunicação linguística internacional revelam uma situação preocupante e inconcebível do ponto de vista da promoção da igualdade e qualidade de vida humana, teoricamente defendida pela ONU em vários de seus documentos e declarações.

### **Uma alternativa em defesa da igualdade linguística e o respeito à diversidade cultural**

A realidade de trabalho dos órgãos internacionais distorce toda lógica envolvida e exigida no critério de escolha de suas línguas de trabalho. Dentro da perspectiva anteriormente mostrada, onde podemos encontrar funcionalidade, rendimento máximo, operacionalidade e economia de recursos? O que vemos é toda uma desconstrução do próprio discurso da ONU em suas práticas concernentes à comunicação. As consequências desse mal são graves, e o fato mais perturbador é ele acontecer onde deveria ser combatido.

Sabemos que a interferência político-econômica é absurda e sobrepõe várias vezes suas próprias decisões. Não é difícil ver na mídia casos confirmando isso à luz dos direitos humanos, geralmente desfraldados sob a ótica ocidental, mas que, na verdade, refletem os interesses específicos de alguns países.

Vimos a ineficiência do modelo comunicativo adotado na diplomacia. Para o cidadão comum, essa imposição é também recorrente. O caráter de língua universal dado ao inglês privilegia poucos em detrimento de muitos. Como poderíamos contemplar a diversidade cultural, contribuindo ao intercâmbio e não com seu desaparecimento?

Para resolver esse problema, em 1887, o médico polonês Lázaro Ludovico Zamenhof apresentou ao mundo o seu projeto da *Lingvo Internacia* ou Esperanto (SANTIAGO, 1986). O intuito é dar à humanidade a possibilidade de solucionar a questão da comunicação linguística através do princípio da igualdade, oferecendo uma alternativa viável de segunda língua para as pessoas. O Esperanto contém 16 regras básicas, sem exceção e possui uma estrutura lógica, formada a partir das línguas latinas, eslavas, germânicas e orientais. Seu aprendizado é fácil, barato e mais rápido que o de qualquer outro idioma. Sua principal característica é a internacionalidade. Por não pertencer a nenhum país, não impõe nenhuma língua ou cultura sobre outra, como acontece no caso do inglês.

A comunicação através do esperanto acontece baseada na igualdade linguística e no respeito às individualidades e culturas dos sujeitos. É inclusive, provado cientificamente, em estudos da universidade alemã de Paderborn, que o esperanto ainda possui efeito propedêutico no aprendizado de outros idiomas. Suas vantagens e funcionalidade se confirmam cada vez mais.

Anualmente são realizados diversos congressos mundiais em esperanto. Os maiores são o Congresso Universal de Esperanto e o Congresso Internacional da Juventude. Eles sempre acontecem em países diferentes e agregam pessoas de diversas nacionalidades, de todos os continentes, nas suas diversidades. E o custo com tradutores ou intérpretes? Zero.

Sua aplicação prática e sua efetividade como idioma-ponte ganhou na internet possibilidades ainda maiores porque esta ferramenta une mais ainda as pessoas de diversos países. Existe, inclusive, uma versão na língua da Wikipédia, a Vikipedio, onde é possível encontrar mais de 140 mil artigos na língua. Além disso, existem vários sites com cursos gratuitos de esperanto.

É sob essa ótica que poderíamos considerar o aspecto positivo da globalização, o rompimento espaço-temporal e da liberdade extensiva do sujeito para além das fronteiras locais. O esperanto é promotor do rompimento das barreiras linguísticas.

A lógica racionalizante do capitalismo se contradiz no momento de querer impor o inglês enquanto língua para as intermediações da comunicação internacional. Seu aprendizado demanda recursos e tempo, e não é eficiente. Aprender uma língua requer a vivência prática e poucos têm condições financeiras para isso. Se levarmos isso à realidade brasileira, constatamos a ineficiência do ensino de idiomas:

Nós organizamos ao redor do mundo um ensino escolar de línguas no qual investimos ano após ano, capitais enormes. Viu-se edificar um sistema de ensino que, a um preço de custo com amplitude tal que desafia toda imaginação, produz um numero insignificante de políglotas. A comunicação internacional em muitas situações não funciona; onde ela funciona (de maneira medíocre), ela consome montantes assustadores, injetados na tradução, na interpretação simultânea, na secretaria multilíngue e na reprodução de obras e documentos em dezenas e dezenas de línguas (PIRON, 2002, p. 8).

Mas então, por que a insistência no ineficaz? Esse é o fator mais intrigante da problemática analisada, e parece que ainda vai demorar para ser respondida. Caso se fizesse uso de uma língua neutra, a exemplo do esperanto, a gama de recursos aplicados com traduções, anteriormente relatado, cairia substancialmente e implicaria na democratização do conhecimento.

### **Considerações finais**

Renato Ortiz, em seu livro *Mundialização e Cultura*, afirma que existem processos globais que transcendem os grupos, as classes sociais e as nações, fazendo emergir uma sociedade global. O conjunto desses processos, a mundialização, é ocasionada pelos meios de comunicação, influenciados pela perspectiva do consumo, que gera novos símbolos globais reconhecidos por todos.

Esses símbolos são as logomarcas das multinacionais, a organização do espaço em lugares “impessoais” como aeroportos, shoppings, cinemas, etc. Nos fazendo ter familiaridade ao encontrá-los em qualquer lugar do globo, construindo uma realidade pautada no conceito de presente contínuo devido ao encurtamento das distâncias e reconhecimento multiespacial dos símbolos comuns da cultura globalizada.

O caráter da onipresença contido na comunicação em rede não condiz à realidade dos processos comunicativos atuais. A distribuição da informação é massiva, mas os pontos de vista apresentados são poucos e contribuem com o desaparecimento e omissão de diversas culturas. No lado linguístico, vemos claramente o papel conferido ao inglês como intermediador das relações internacionais.

Se o inglês é aceito como língua-ponte, certamente, seus falantes nativos possuem a vantagem absurda de transmitir suas opiniões e demandas perante os outros. As ideias fluem com naturalidade e a comunicação não apresenta entrave para estes. Mas isso exclui a maioria que não fala inglês como língua materna. Estes devem adequar-se para

não quebrar o ciclo comunicativo desta esfera. Um indivíduo não nativo em língua inglesa jamais terá a mesma fluência de quem o fala naturalmente.

Isso na prática significa relações impositivas na forma da promoção da comunicação do mundo globalizado. A escolha do inglês e francês como línguas oficiais de órgãos como a ONU, por exemplo, põe em evidência o mesmo determinismo excludente da sociedade da informação. Qual o motivo de escolha destas que não seja ligado ao viés econômico? Em que aspecto o inglês é mais indicado para representar todo um planeta se ele é falado por apenas 10% da população? São esses questionamentos que demonstram o quanto é ineficaz e dependente a questão da comunicação internacional dentro da diplomacia e na própria internet.

A língua ainda é um entrave dadas as circunstâncias do contato com as várias diversidades existentes. O rompimento na barreira da comunicação é apresentado como a principal vantagem do nosso modelo atual. Contudo, essa barreira só atingiu uma efetividade de inexistência no aspecto tecnológico. Na atmosfera social, ainda existe uma maioria fora desse contexto.

Como foi anteriormente defendido aqui, a inclusão não consiste somente no acesso à tecnologia, pois só é eficiente dado ao uso desta. O panorama atual não apresenta avanços tão consideráveis no que concerne a essa possibilidade, são muitas vozes gritando, mas poucas são ouvidas.

A globalização dá ao sujeito a chance de viver em um bi-mundo, que é sua extensão global ocasionada pelos media, onde ele compartilha em rede símbolos comuns, e o mundo local, onde ele compartilha a prática de suas ações.

Hoje, mais que nunca, existe a aparente valorização das identidades e da manutenção das matrizes culturais típicas da localidade. Porém, vemos que isso ocorre no sentido demonstrativo e não no participativo. Às culturas locais mais excluídas é dada uma importância de existência, servindo-nos de referencial para a construção da subjetividade localizada dos sujeitos. Elas não têm espaço representativo dentro da grande mídia, parecem apenas tornar-se objeto apreciativo dos acadêmicos que buscam entendê-la.

No passado, o imperialismo dominava os territórios e impunha sua língua para os dominados. Atualmente, a imposição acontece dentro da rede e a ausência da presença física torna invisível essa realidade. O consenso é de que se falarmos inglês, somos cidadãos globais. A prática mostra que isso acarreta um ocultamento da diversidade e, de forma mais grave, o desaparecimento de vários idiomas.

O uso do inglês pode até funcionar entre acadêmicos e nos lugares impessoais, desterritorializados, mas no ensejo de uma comunicação inclusiva e efetiva ele não é tão benéfico assim. A ele é dado esse status, sobretudo, pela sua difusão na indústria cultural. É considerado internacional o que é produzido em inglês, principalmente na música e no cinema, embora quem produza tais conteúdos não necessariamente o tenha como língua materna. O que é feito fora disso é o local. O universal é o *American way of life*, descentralizado e feroz, consumado e consumido pela conectividade da sociedade atual.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LINS, Augusto Estellita. **Linguagem Internacional e Diplomática**. Brasília: Escopo, 1987.

PASSINI, José. **Bilinguismo: Utopia ou Antibabel**. Campinas: Pontes Editores, 1993.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PIRON, Claude. **O Desafio das Línguas: da má gestão ao bom senso**. Trad. de Ismael M. A. Ávilla. Campinas: Pontes Editores, 2002.

SANTIAGO, Izabel C. O. **O que é Esperanto?** Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

## Sites consultados

ETHNOLOGUE, Linguagens do mundo. Disponível em: [www.ethnologue.com](http://www.ethnologue.com) Acesso: em 09 jul. de 2011.

LERNU Esperanton. Disponível em: [www.lernu.net](http://www.lernu.net) Acesso: em 15 jul. de 2011.

VIKIPEDIO, a Wikipédia em esperanto. Disponível em: <http://eo.wikipedia.org> Acesso: em 12 jul. De 2011.

**Recebido em Abril de 2012.**

**Publicado em Julho de 2012.**